



FATORES DE INFLUÊNCIA NA TRANSFERÊNCIA DE POLÍTICAS DE MITIGAÇÃO CLIMÁTICA FRENTE AO COVID-19

INFLUENCE FACTORS IN THE TRANSFER OF CLIMATE MITIGATION POLICIES IN FRONT OF COVID-19

Amanda Regina Coutinho Da Silva¹
<https://orcid.org/0000-0002-3232-3715>

Resumo: Este artigo teve por objetivo desenvolver uma revisão de literatura para verificar os fatores de influência na transferência de políticas de mitigação climática entre jurisdições e as possíveis estratégias com utilização dos fatores encontrados na literatura para se apontar novos caminhos considerando os desafios apresentados pelo COVID-19. A revisão sistemática de periódicos científicos publicados entre 2011 e 2021 nas bases de dados Capes e Scielo foi realizada no mês de abril de 2021. Os fatores de influência que interferem na transferência de políticas de mitigação climática apresentaram diversas perspectivas de abordagem (econômicas, culturais, sociais, dentre outras) tendo em vista os diferentes interesses envolvidos na adoção de uma política de outro Estado. A revisão demonstrou que os elementos centrais que estão presentes na transferência de políticas de mitigação climática podem ser adotados para os novos desafios apresentados pelo COVID-19, seja em âmbito interno ou internacional.

Palavras-chave: Mitigação climática. COVID-19. influências internas e externas entre Estados.

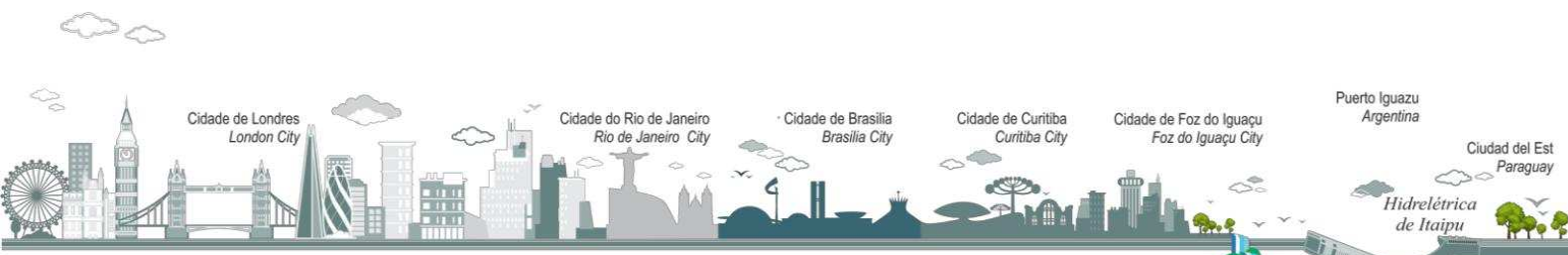
Abstract: This article aimed to develop a literature review to verify the influencing factors in the transfer of climate mitigation policies between jurisdictions and the possible strategies using the factors found in the literature to point out new ways considering the challenges presented by COVID-19. The systematic review was carried out in April 2021 of scientific journals published between 2011 and 2021 in the Capes and Scielo databases. The influencing factors that interfere in the transfer of climate mitigation policies presented several perspectives (economic, cultural, social, among others) of approach in view of the different interests involved in the adoption of a policy from another State. The review showed that the central elements that are present in the transfer of climate mitigation policies can be adopted for the new challenges presented by COVID-19, either internally or internationally.

Keywords: Climate Mitigation. COVID-19. Internal and External Influences between States.

INTRODUÇÃO

Os acordos internacionais firmados em âmbito global compõem-se de metas e objetivos em benefício coletivo adotados por países, considerados Partes (ONU, 2015). Tais acordos podem influenciar países na transferência de políticas ambientais, dentre elas, as

¹ Mestre em Desastres Naturais, Universidade Federal De Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. amandarcoutinho@hotmail.com



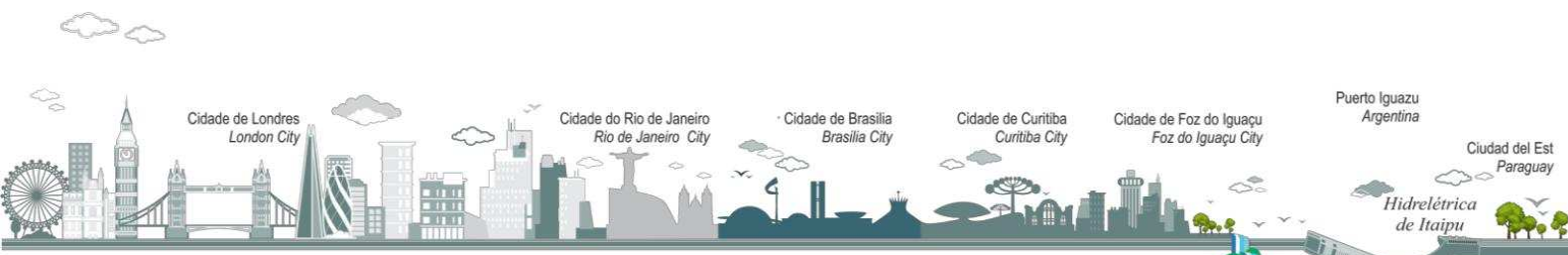


políticas de mitigação às mudanças climáticas. Este processo de influência é observado nas medidas de enfrentamento à pandemia ocasionada pelo COVID-19.

A partir do momento em que um país utiliza como modelo a política de redução de emissões de carbono de outro país, inicia-se um processo de incorporação da política em âmbito interno. Os fatores de influência podem ser definidos como a observação das razões e dos elementos que influenciaram a decisão de um governo de seguir modelos já implementados por outros. A transferência de política pode ocorrer entre esferas governamentais ou dentro delas. Os fatores de influência responsáveis pela transferência de políticas são os elementos que a desencadeiam, podendo ocorrer de forma voluntária ou coercitiva (DOLOWITZ e MARSH, 1996; MICHAELS e DE LÖE, 2010; SILVA e KAUCHAKJE, 2018).

A respeito da transferência voluntária, Dolowitz e Marsh (1996) informam que seu elemento desencadeador é a insatisfação com o “status quo” geralmente por parte do governo, em razão de uma política falha ou do público. Já a transferência coercitiva se subdivide em direta e indireta. A primeira refere-se ao fenômeno no qual um país ou instituição força outro a adotar uma política, a exemplo de empresas supranacionais que forcem um governo a adotar uma política para atrair indústrias sob a ameaça de mudança de suas empresas para outro local. De certa forma, isso pode afetar a política ambiental do país (DOLOWITZ e MARSH, 1996). A segunda está relacionada às externalidades ou funcionamento interdependente entre países que faz com que um adote a política do outro, a exemplo do Canadá que foi indiretamente obrigado a adotar a política de regulamentação ambiental dos EUA porque se viu afetado pelas emissões deste (DOLOWITZ e MARSH, 1996).

As políticas de redução das mudanças climáticas em conjunto com a nova conjuntura apresentada pelo COVID-19 representam problemas complexos relacionados aos diversos interesses envolvidos. As estratégias de gestão da economia, distanciamento social e fechamento de estabelecimentos responsáveis pela desaceleração de alguns setores econômicos promoveu repercussão na redução de gases de efeito estufa (JIMÉNEZ e LUCATELLO, 2020). Este cenário, portanto, pode acarretar a transferência em variados moldes diante das relações que se estabelecem entre jurisdições, aqui se apresentando fenômenos que podem ser caracterizados como de transferência voluntária ou coercitiva.





Evidencia-se a existência de pesquisas sobre o tema. Steinbacher (2015) analisou a transferência de política de energia renovável da Alemanha para o Marrocos e Kortelainen e Rytteri (2016) analisaram este processo entre países-membros da União Europeia. Os fatores de influência contribuem para a transferência de políticas de mitigação às mudanças climáticas, tendo em vista o vasto campo de interesses perseguidos pelos Estados para que obtenham resultados satisfatórios, seja em âmbito interno seja internacionalmente. Em razão da nova conjuntura trazida pela pandemia ocasionada pelo COVID-19, novos desafios se apresentam à comunidade internacional.

Neste contexto, apresenta-se a necessidade de adequação de estratégias de combate as emissões de carbono, considerando o contexto da pandemia decorrente do COVID-19. Percebe-se que as políticas que visam o enfrentamento da pandemia ocorrem de forma desconexa das relações de cooperação que deveriam estar presentes tanto em âmbito interno quanto internacionalmente. Apesar da existência de tais políticas, os fatores de influência na transferência voluntária ou coercitiva podem demonstrar outros interesses dos Estados dissociados dos objetivos aqui tratados.

Estes processos são reflexos das transformações ocorridas nas diversas esferas sociais, sendo a pandemia ocasionada pelo COVID-19 uma destas que afetam a implementação das políticas. Neste sentido, os fatores de influência de transferência de políticas de mitigação climática em conjunto com os desafios trazidos pelo COVID-19 podem tornar possível a compreensão a respeito das diversas interferências que estão presentes neste processo. Este entendimento pode permitir que as estratégias sejam readequadas para o devido cumprimento de objetivos de redução das emissões de carbono.

A descontinuidade dos cumprimentos de políticas, planos, programas e projetos é um problema que os Estados enfrentam em diferentes momentos, decorrentes da mudança dos cenários internacionais promovidos pelos diferentes fatores de influência. As novas organizações institucionais que se formam e os atores sociais que passam por modificações nos processos de tomada de decisão influenciam a transferência de políticas, sendo de fundamental importância o reconhecimento das novas conjunturas que se apresentam para o alcance de objetivos. Neste sentido, justifica-se a pesquisa no sentido de identificar os fatores de influência que interferem na transferência de políticas de mitigação climática entre jurisdições,





considerando o atual contexto do COVID-19 e os diversos atores sociais envolvidos neste processo, para melhor funcionamento das transferências de políticas entre Estados.

Diante do exposto, coloca-se como problema de pesquisa: Quais são os fatores de influência na transferência de políticas de mitigação climática entre jurisdições, que possibilitam a transferência de política de mitigação climática considerando a nova conjuntura do COVID-19?

METODOLOGIA

Para obtenção de uma maior abrangência de possíveis fatores de influência que estabelecessem relações com o objeto da pesquisa, foi desenvolvida revisão sistemática de literatura nas bases de dados da Capes e Scielo no mês de abril de 2021 com os seguintes descritores: “transferência de política e COVID-19”, “transferência de política e mudanças climáticas”; “policy transfer e COVID-19”, “policy transfer e climate change”.

Especificamente, na base de dados da Capes foram encontrados 1.190 artigos revisados por pares de 2020 a 2021 em inglês utilizando-se, como estratégia de busca, as palavras “transfer policy” e “COVID-19” e filtro de conteúdo “pandemic” “coronavirus”.

Em português foram encontrados 17 artigos revisados por pares de 2020 a 2021 com as palavras “transferência de política pública e COVID-19”,

Para o período de 2011 a 2021 foram encontrados 974 artigos com as palavras “policy transfer” e “COVID-19” e 18 artigos revisados por pares com as palavras “policy transfer”, “COVID-19” e “climate change”. Foram encontrados 29 resultados na busca na Capes em inglês com estratégia de busca em conjunto das palavras “bottom-up AND intergovernmental relations” com busca de conteúdo por “federalism, federal government, political science, climate change, international relations”.

No Scielo foram feitas buscas pelos termos “climate change” e policy transfer”; “COVID-19 e policy diffusion” sendo encontrados 3 artigos para o período de 2011 a 2021. As buscas nos períodos dos últimos 10 anos foram realizadas para se estabelecer convergências ou divergências de entendimentos entre os estudos anteriores à pandemia e





estudos no período pandêmico, os quais podem ser visualizados de forma esquematizada no Quadro 1:

Quadro 1 – Características das buscas nas bases de dados

Base de dados	Idioma	Período	Estratégia de busca	Resultados alcançados
Capes	Inglês	2020 a 2021	“Transfer policy” e “COVID-19” e filtro de conteúdo “pandemic” “coronavirus”	1.190 artigos revisados por pares
Capes	Português	2020 a 2021	“Transferência de política pública e COVID-19”	17 artigos revisados por pares
Capes	Inglês	2011 a 2021	“Policy transfer” e “COVID-19”	974 artigos
Capes	Inglês	2011 a 2021	“Policy transfer”, “COVID-19” e “climate change”	18 artigos
Capes	Inglês	2011 a 2021	“Bottom-up AND intergovernmental relations” com busca de conteúdo por “federalism, federal government, political science, climate change, international relations”.	29 artigos
Scielo	Inglês	2011 a 2021	“Climate change” e policy transfer”	2 artigos
Scielo	Inglês	2011 a 2021	“COVID-19 e policy diffusion”	1 artigo

Fonte: Organizado pela autora, 2021.

Os artigos foram submetidos à leitura dos *abstracts* verificando sua pertinência com o objeto de análise. Após, realizou-se análise detalhada de cada um dos artigos selecionados de modo a se identificar maior pertinência com a temática de transferência de políticas públicas e fatores de influência. Por fim, foram selecionados 17 artigos que apontaram os fatores de influência que desencadearam a transferência de políticas entre Estados, buscando aqueles que tratassem de políticas relacionadas à mudança climática e possíveis correlações com a pandemia.

A análise foi desenvolvida de modo a buscar uma perspectiva analítica comum entre os fatores de influência existentes entre os artigos selecionados e apontando detidamente cada um dos fatores que influenciaram a transferência entre políticas de países com diferentes características. Em seguida, desenvolveu-se um quadro demonstrando a perspectiva de abordagem em que ocorreu a transferência de política no seio de análise de cada autor, destacando seu principal fator de influência.



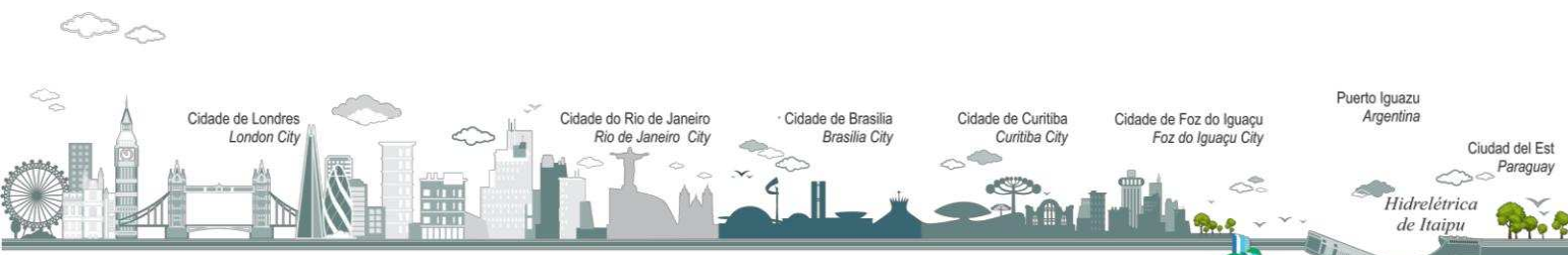


Ao final, apontam-se críticas e novos desafios que se apresentam ao sistema de transferência de políticas quando se trata de questões complexas e com metas não delimitadas e sem uso de instrumentos que garantam a aplicação efetiva, como o caso das medidas de mitigação às mudanças climáticas e de enfrentamento à pandemia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As abordagens relativas à transferência de políticas no âmbito das relações de mitigação às mudanças climáticas perpassam diversos campos de análise que são objeto de estudo de diversos pesquisadores (Lachapelle, Borick e Rabe, 2012; Ward e Cao, 2012); Groven et al., 2012); Nethery e Gordyn, 2014; Steinbacher, 2015; Arbolino et al., 2018; Silva e Kauchacje, 2018; Unger et al., 2020; Powell e King-Hill, 2020; Cole e Dodds, 2021), conforme Quadro 2.

Neste sentido, foi possível apontar fatores que possuem influência na adoção da agenda ambiental por parte de países, adotando a política de outro Estado com características similares ou, em decorrência de outras espécies de relações internacionais entre governos. Como perspectiva analítica comum foi possível evidenciar que há o reconhecimento da existência de diversos fatores sociais, econômicos, eleitorais, ambientais, de dependência, de urgência, entre outros, que proporcionam a transferência de políticas públicas, desde que promovam reflexos positivos nas demais esferas de interesses do Estado receptor, como melhoria da política econômica, fiscal, orçamentária, aduaneira, institucional. De modo delimitado, vislumbraram-se os seguintes fatores de influência:

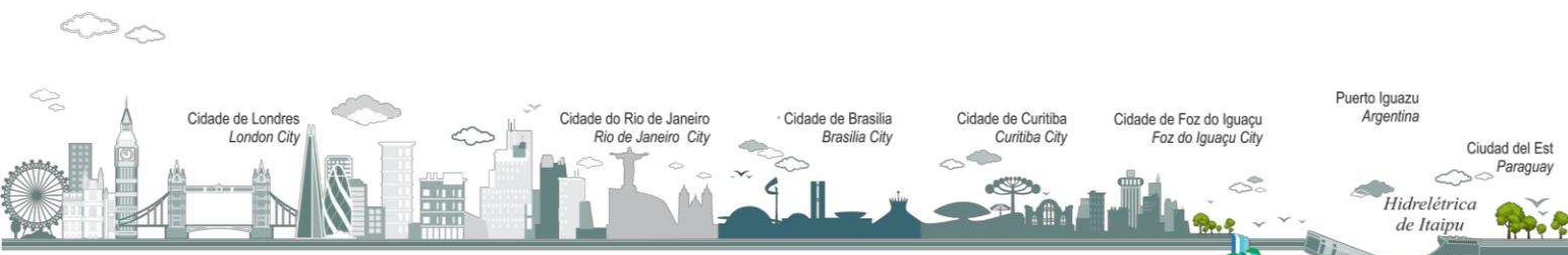




Quadro 2 – Perspectivas de Abordagem de Transferência x Fatores de Influência

Perspectiva de abordagem da transferência	Fator de Influência/Contribuição do Autor na análise de transferência	Autores
Deve-se verificar em que medida a política ou alguns de seus aspectos foi bem sucedida para concluir se é ou não adequada para que seja aplicada, considerando a urgência e emergência.	A emergência e urgência demanda modificação das formas de se imitar política de outro Estado através de análise de política prospectiva. Desenvolvimento de capacidades locais + policy-makers bem informados a nível nacional + linguagem comum + inclusão de iniciativas locais.	Powell e King-Hill (2020); Unger et al. (2020)
País-modelo com sucesso econômico na adoção da política ambiental e pertencente a mesma organização internacional.	Determinantes econômicas e determinantes institucionais.	Arbolino et al. (2018)
Cada nível de governo pode adotar decisões distintas a depender da organização político-administrativa para estabelecer regulamentações mais ou menos rígidas de emissões de carbono.	Forma de organização e de divisão de poderes e acesso popular na tomada de decisão.	Lachapelle, Borick e Rabe (2012)
Defende a "Transferência de política incentivada" (IPT) como o processo pelo qual um Estado rico fornece incentivos financeiros e diplomáticos para sua contraparte mais pobre para adotar uma política.	Obtenção de garantias financeiras ou investimentos.	Nethery e Gordyn (2014)
Grupos de interesse que lutam para influenciar os formuladores de políticas (lobby) – grupos de indústrias, ambientalistas, por exemplo.	Afinidades ideológicas entre principais tomadores de decisão condicionam a aprendizagem de políticas entre Estados. Posições legislativas medianas.	Ward e Cao (2012)
Diferentes objetivos não impedem a aprendizagem de políticas, mas levam à transferência seletiva, hibridização (Evans, 2009, p. 246) ou osmose política (Genovese, Kern e Martin, 2012).	Objetivos políticos do país seguidor da política (potencialmente diferentes) devem ser levados em consideração para sua adoção. Redução da mudança climática como consequência e não como objetivo (para Marrocos) já que fornece energia para Alemanha (pressão econômica, cooperação prolongada na história).	Steinbacher (2015)
O impacto das pandemias e mudanças climáticas nos países depende muito da interseção de leis, políticas e fatores sociais. Os líderes mundiais que responderam de forma mais lenta e menos eficaz à atual pandemia, resultando em altos números de casos e mortes em suas fronteiras, também tendem a minimizar a responsabilidade de seu país na prevenção das mudanças climáticas.	Não consideração das diferenças entre recursos, vulnerabilidades e desigualdades no cuidado à saúde, sistemas políticos e economias a nível local, nacional e internacional. Densidade populacional e distúrbios climáticos para adoção de políticas no mesmo nível de países desenvolvidos. .	Cole e Dodds (2021)

Fonte: Organizado pela autora, 2021





- **Determinantes institucionais:** Há maior probabilidade de convergência de políticas se os países envolvidos forem membros de uma organização internacional, como a União Europeia;
- **Determinantes internacionais:** Países adaptam suas estratégias políticas aos determinantes internacionais, a fim de evitar perda de competitividade do sistema econômico doméstico. Os autores mencionam a manifestação de oficial alemão de que as políticas públicas ambientais seriam “argumentos de venda” enquanto para um ator internacional “a proteção do clima e as 'expectativas da comunidade internacional' caminham juntas;
- **Determinantes econômicas:** O potencial para que um país adote uma política ambiental depende do sucesso econômico com a política ambiental no país modelo. Esta avaliação é feita por variáveis: valor das transações obtidas com privatização de concessionárias ambientais (proporciona melhoria da situação fiscal do país), número de patentes realizadas por um país descreve o seu nível de tecnologia e representa um indicador de produção da atividade ambiental;
- **Determinantes eleitorais:** Por outro lado, quando as políticas ambientais não se relacionam com processos de produção, a transferência da política ocorre por razões eleitorais, de cunho ideológico, e não por fatores econômicos ou competitivos. Alternativamente, o compartilhamento de políticas pode ser explicado por meio de benefícios sociais domésticos resultantes da convergência de políticas ambientais transnacionais.
- **Pressão econômica/política:** Por vezes, a transferência de uma política pública ambiental se dá por objetivos políticos, tornando-se a redução das mudanças climáticas apenas uma consequência de medidas adotadas.
- **Consideração dos diversos interesses políticos na transferência:** Autores defendem não apenas a afinidade ideológica, mas também posições divergentes podem ser um fator que favorece a transferência de política pública. Considerar os diversos interesses pode conduzir ao sucesso de uma política pública ambiental no país que a incorpora.





- **Influências domésticas:** Organização administrativa de um Estado pode influenciar na regulamentação mais ou menos severa sobre a mudança climática, adaptando as estratégias de mitigação aos interesses locais, o que pode desencadear maior ou menor aproximação com os objetivos do Acordo de Paris.
- **Influência de poder de país desenvolvido sobre país em desenvolvimento:** Há uma resistência na adoção de políticas ambientais tendo em vista que para alguns tais medidas de mitigação seriam uma punição pela poluição que os países desenvolvidos causaram.
- **Incentivo financeiro/investimento:** Por outro lado, em vez de obrigar o Estado mais pobre, esses incentivos são apresentados de forma que este último possa ser visto como adotando a política em seu próprio interesse nacional. No caso da Austrália e da Indonésia, a cooperação da Indonésia em políticas de asilo resultou em benefícios financeiros e diplomáticos significativos para este, portanto, torna a adoção dessa política conveniente junto aos próprios eleitores.
- **Percepção social sobre maior ou menor rigidez na regulamentação acerca da mudança climática:** como as pessoas atribuem responsabilidades aos diferentes níveis de governo, aceitabilidade pública de regulamentações mais rígidas de carbono entre duas federações distintas (Canadá e EUA).
- **Urgência/emergência – Política Prospectiva:** A influência de fatores de urgência e emergência inerentes à problemática global das mudanças climáticas associada à crise atual do COVID-19, fez com que os países criassem estratégias emergenciais imitando políticas de outros Estados e governos. No entanto, tais políticas produziram resultados devastadores nas esferas econômicas, sociais, políticas, ambientais, dentre outras. A atual crise demonstra que a simples imitação de políticas nem sempre gera os melhores resultados, defendendo uma análise de política prospectiva.
- **Desenvolvimento de capacidades em nível local e formuladores de políticas bem informados em nível nacional + linguagem comum + inclusão de iniciativas locais:** O estímulo a iniciativas locais para a concretização da política pode fomentar sua execução, uma vez que poderá se relacionar com as





características do Estado receptor, ocorrendo uma adaptação. A compreensão sobre as reais forças e fraquezas da política desenvolvida pelo Estado-modelo e os pontos fortes e fracos do Estado-receptor da política são fundamentais para que a transferência ocorra de forma satisfatória. Os compromissos climáticos globais são frequentemente criticados porque não são acompanhados por ações locais.

- **Busca incessante pela adoção das políticas de países desenvolvidos:** Por outro lado, a não consideração das inúmeras variáveis locais, adotando-se cegamente a política de um país desenvolvido, por acreditar em seus discursos ideológicos, pode também levar a resultados insatisfatórios na política interna de um país.

A partir das análises realizadas constatou-se a existência de inúmeros fatores que podem influenciar na transferência de política de mitigação climática entre Estados. A análise a respeito da organização política do país-modelo, seu poder econômico, de dependência (hospedeiro), institucional, dentre vários outros são elementos chave para inúmeros autores quando o outro Estado busca um padrão a ser seguido. No entanto, diversos autores também aduzem a necessidade de se observar a política interna do país que deseja adotar a política de outro, por influências internacionais, eleitorais, de emergência/urgência, dentre outras.

Neste sentido, os fatores de influência de transferência de políticas podem ocorrer de “dentro para fora” ou “de fora para dentro” e se relacionarem com diversas esferas de interesse. Neste sentido, percebe-se que os acordos internacionais são um fator de influência como determinante internacional que desencadeou a adesão de diversos países por razões diversas. A questão neste momento refere-se aos novos desafios trazidos pelo COVID-19, como mais um fator de influência consubstanciado em elementos de urgência e emergência, tal como já afirmado em inúmeras ocasiões a respeito das mudanças climáticas.

Os movimentos que visam à redução das emissões de carbono são resultado de influências ao longo de diversos anos e, após sua adesão através de políticas, passam por regulamentações com fins de se realizar o devido planejamento considerando as características locais. No entanto, percebe-se que nem sempre a política transferida e, por fim, adotada pelo Estado receptor é a mais adequada para este, razão pela qual se mostram





diversos reflexos disto. Sendo a pandemia do COVID-19 um novo desafio que assolou todos os países do mundo determinando-se a criação de estratégias de enfrentamento, muitos erros e acertos já foram cometidos. Neste sentido, a modificação de estratégias de enfrentamento ao COVID-19 também se relaciona e necessita da busca por outros instrumentos de combate ao clima. Observam-se diversas políticas sendo adotadas no combate a pandemia do COVID-19. Ao se conhecer os fatores de influência aqui apontados, poder-se-á planejar ações visando o cumprimento de objetivos de redução das emissões de carbono considerando a conjuntura pandêmica atualmente vivenciada em sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das diversas perspectivas trazidas para discussão acerca dos fatores de influência que interferem na transferência de políticas de mitigação climática percebe-se que, segundo Alcântara e Silva (2012), do século XVI para o XXI, muito se modificou no plano internacional e nacional dos Estados. Vários temas concernentes à humanidade em si entram nas agendas domésticas e de organizações internacionais.

Talvez a expressão “pensar local e agir local” ou “pensar global e agir local” traduzam um ideal conflitante tendo em consideração as formas de estruturação das relações no âmbito do direito internacional que visam apenas o estabelecimento de obrigações globalmente, desconsiderando características de cada povo, suas instituições, economia, cultura, dentre outras peculiaridades.

Há que se ter em mente a necessidade de consideração dos diversos contextos de cada país, sua cultura e sua estruturação social, política e econômica para que a transferência de políticas ocorra de forma adequada.

Além disso, no momento em que o país incorpora a política, a busca pelas iniciativas e capacidades em nível local impulsionam a utilização de mecanismos inovadores para que a política se torne adequada ao contexto em que foi transferida.

Percebe-se, portanto, que diversas contribuições trazidas pelos autores podem ser utilizadas para a transferência exitosa de políticas de mitigação climática considerando o contexto do COVID-19. Isso poderá ocorrer se as características locais do Estado receptor





forem colocadas em evidência, respeitando-se os diversos interesses envolvidos no processo, com a utilização de uma política prospectiva.

Considerando que o COVID-19 se apresenta como elemento de urgência/emergência, a visão de países que acreditam que a mera adoção da política de um país desenvolvido seja a resposta para seus desafios, é equivocada tendo em vista o já aqui evidenciado de que deve se voltar o olhar para os contextos locais de transferência da política.

REFERÊNCIAS

ARBOLINO, R. CARLUCCI, F. CIRÀ, A. S, L de. IOPPOLO, G. YIGITCANLAR, T. Factors affecting transport privatization: an empirical analysis of the eu. **Transportation Research Part A: Policy and Practice**, [S.L.], v. 110, p. 149-160, abr. 2018. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.tra.2018.02.016>.

COLE, J. DODDS, K. Unhealthy geopolitics: can the response to covid-19 reform climate change policy? **Bulletin Of The World Health Organization**, [S.L.], v. 99, n. 2, p. 148-154, 30 nov. 2020. WHO Press. <http://dx.doi.org/10.2471/blt.20.269068>.

DE ALCÂNTARA, Bruna Toso; DA SILVA, Maria Beatriz Oliveira. O conceito de soberania na era pós-climática. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 8, p. 82-93, 2013.

DOLOWITZ, D. P. Missing conceptual links in the international environmental policy debate: power, time and transfer. **Environmental Politics**, [S.L.], v. 29, n. 4, p. 569-588, 7 abr. 2020. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09644016.2020.1743422>

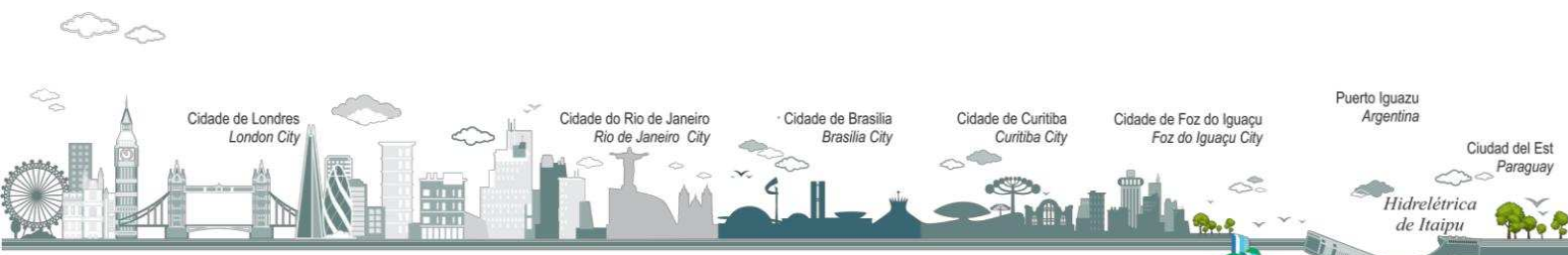
GROVEN, K. AALL, C. BERG, M. van D. CARLSSON-KANYAMA, A. COENEN, F. Integrating climate change adaptation into civil protection: comparative lessons from Norway, Sweden and the Netherlands. **Local Environment**, [S.L.], v. 17, n. 6-7, p. 679-694, ago. 2012. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13549839.2012.665859>.

JIMÉZEZ, H. LUCATELLO, S. Cambio climático, COVID-19 y la transición inaplazable. In: GUANIPA, Henry Jiménez. **La emergencia sanitaria COVID-19 a la luz de la emergencia climática: retos y oportunidades**. Bogotá: Undación Heinrich Böll, Oficina Bogotá, 2020. 272 p.

KORTELAINEN, J. RYTTERI, T. EU policy on the move – mobility and domestic translation of the European Union's renewable energy policy. **Journal Of Environmental Policy & Planning**, [S.L.], v. 19, n. 4, p. 360-373, 22 ago. 2016. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/1523908x.2016.1223539>.

LACHAPELLE, E. BORICK, C. P. RABE, B. Public Attitudes toward Climate Science and Climate Policy in Federal Systems: Canada and the United States compared1. **Review Of Policy Research**, [S.L.], v. 29, n. 3, p. 334-357, maio 2012. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1541-1338.2012.00563.x>.

MICHAELS, S. DE LOË, R. Importing notions of governance: two examples from the history of Canadian water policy. **American Review of Canadian Studies**, v. 40, n. 4, p. 495-507, 2010.





NETHERY, A. GORDYN, C. Australia–Indonesia cooperation on asylum-seekers: a case of+ incentivised policy transfer: **Australian Journal Of International Affairs**, [S.L.], v. 68, n. 2, p. 177-193, 31 out. 2013. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/10357718.2013.841122>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Acordo de Paris de 12 de novembro de 2015**. Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/ODS/undp-br-ods-ParisAgreement.pdf>

POWELL, M.; KING–HILL, S. Intra-crisis learning and prospective policy transfer in the COVID-19 pandemic. **International Journal of Sociology and Social Policy**, vol. 40 nº 9-10, p. 877-892. 2020. <https://doi-org.ez46.periodicos.capes.gov.br/10.1108/IJSSP-07-2020-0339>

SILVA, E. Z. da; KAUCHAKJE, S. Divisão de autoridade em Estados unitários e federais e difusão de políticas. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, São Paulo, v. 1, n. 85, p. 27-55, jul. 2018.

STEINBACHER, K. Drawing Lessons When Objectives Differ? Assessing Renewable Energy Policy Transfer from Germany to Morocco. **Politics And Governance**, [S.L.], v. 3, n. 2, p. 34-50, 12 maio 2015. Cogitatio. <http://dx.doi.org/10.17645/pag.v3i2.192>.

UNGER, E. M. BENNETT, R. LEMMEN, C. ZEEUW, K.dr. ZEVENBERGEN, J.A. TEO, C CROMPVOETS, J. **Global policy transfer for land administration and disaster risk management**. In: Land use policy. 2020; Vol. 99. pp. 1-12.

WARD, H. CAO, X. Domestic and International Influences on Green Taxation. **Comparative Political Studies**, [S.L.], v. 45, n. 9, p. 1075-1103, 5 mar. 2012. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0010414011434007>.

